

A inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: acesso, permanência e aprendizagem.

Resumo

O tema desse estudo é a inclusão dos estudantes com deficiência na Educação Superior, focalizando a análise de questões de acesso, permanência e aprendizagem, buscando compreender o processo de inclusão dos mesmos em instituições de Educação Superior do município de Umuarama, na região Noroeste do Paraná. Para análise, serão entrevistados estudantes matriculados, estudantes concluintes e gestores, no período de 2008 à 2013. Utilizou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa analítica na modalidade de ESTUDO DE CASO, por considerarmos ser adequada na compreensão da vida dos participantes em seu cotidiano, buscando-se levantar, através da realização e análise das entrevistas, os eixos norteadores deste estudo. Para estudo bibliográfico, optamos como base os teóricos que discutem a História da Educação Brasileira e teóricos que estudam a educação das pessoas com deficiência e a inclusão educacional, na Educação Superior.

Palavras-chave: Inclusão; educação superior; estudantes com deficiência; aprendizagem

Hernestina da Silva Fiaux Mendes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
tinafiaux@hotmail.com

Carmen Célia Barradas Correia Bastos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
carmencbcb@yahoo.com.br

Apresentação

A pesquisa tem como referencial teórico os documentos norteadores da educação especial na construção de conhecimento da História da Educação principalmente de pessoas com deficiência. Para alcançarmos o nosso objetivo, acreditamos que é preciso conhecer partes do histórico da educação e as propostas oficiais divulgadas pelo Ministério da Educação, suas possibilidades e limites. Pautamo-nos em análise dos determinantes históricos que demandaram a implementação do sistema educacional às pessoas com deficiência. Para estudo bibliográfico, optamos como base os teóricos que discutem a História da Educação Brasileira, teóricos que estudam a educação das pessoas com deficiência, a inclusão educacional na Educação Superior.

A partir do relato histórico, construímos eixos referentes à educação especial, para chegarmos às propostas de educação inclusiva. Partindo dos referenciais teóricos, buscamos a compreensão acerca do processo educativo e sua relevância para a humanização da pessoa com deficiência ao longo de sua trajetória histórica. Com a retomada da História da Educação Brasileira no contexto da educação especial compreendemos que o movimento e as circunstâncias que demandam as políticas e os programas de atendimentos educacionais destinados às pessoas com deficiência. Pois como sabemos, as pessoas com deficiência apresentam um quadro histórico de exclusão educacional, sendo que muitas, durante um longo período, foram estigmatizadas e restringidas a práticas segregativas como sendo a única possibilidade educativa. O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino comum é algo recente e vêm sendo apresentado como assunto de grandes debates nas discussões educacionais, tanto em relação às políticas de atendimentos às necessidades como no diálogo dos educadores em relação aos atendimentos às necessidades em sala de aula. E na Educação Superior observamos que a inclusão da pessoa com deficiência não demonstra muitos avanços. Mesmo com seus direitos garantidos legalmente, o percentual de matrículas é baixo, poucas pessoas com deficiência ingressam na Educação Superior.

A pesquisa focaliza a análise de questões de acesso, permanência e aprendizagem, fazendo um recorte da inclusão na Educação Superior, nos anos de 2008 a 2013. O interesse pelo tema surge da trajetória de experiência na área da educação especial e por

ser um assunto desafiador. No decorrer desse percurso, o contato com essas pessoas, num movimento dialético e reflexivo, fez com que buscássemos maior dedicação pessoal e profissional, conduzindo às buscas teóricas e práticas para suprir as necessidades de compreensão implicadas no trabalho com a educação especial.

Discussão da temática educação inclusiva

movimento pela educação inclusiva ganha força no Brasil entre os anos de 1980 e mais especificamente nos anos 1990, trazendo a possibilidade de acesso de pessoas com deficiência ao ensino comum, e nessa esteira, a inclusão na Educação Superior no Brasil começa a fazer parte das discussões. Mas, falar de inclusão é um exercício que requer debates e reflexões acerca da realidade social, uma vez que estas pessoas não têm garantia da sua plena cidadania. No atual momento histórico, discutem-se políticas de inclusão, ampliando o acesso a matrículas na Educação Superior, mas um dos grandes desafios tem sido o sistema de cotas, também para deficientes.

Nesta trajetória da educação inclusiva, é importante lembrarmos que as Instituições de Educação Superior sempre enfrentaram dificuldades no que se refere à democratização do acesso e à igualdade de oportunidades para além dos estudantes que apresentam deficiências. Há que se considerar que uma universidade, na perspectiva inclusiva, não surge de um momento para outro. Pelo contrário, ela tende a se desenvolver ao longo de processos de mudanças, que visam à desconstrução de conceitos, preconceitos, eliminação de barreiras de toda a espécie, de concepções segregadoras e excludentes já cristalizadas pela sociedade.

Esse processo é possível de se concretizar a partir do momento que a sociedade for capaz de criar culturas inclusivas. Caso contrário entende que a exclusão continuará existindo de forma camuflada pelo silêncio. A inclusão é um processo, por isso nunca estará finalizado, mas nunca poderá existir se não houver um esforço coletivo. O grande desafio das universidades hoje é proporcionar a inclusão da pessoa com deficiência com qualidade onde a ela tenha o acesso, a permanência, a participação e o sucesso.

Neste sentido a Política Estadual da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008), afirma que, o desafio da inclusão escolar é enfrentado como uma nova forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a não apenas criar oportunidades efetivas de acesso para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, mas, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender, (PARANÁ, 2008).

Não se pode ignorar que muitas IES têm realizado ações importantes para a efetivação do acesso do estudante com deficiência, pelos sistemas de cotas, estão sendo oferecido as bancas especializadas nos vestibulares para atendê-los. Mas todo este movimento é decorrente de muitas lutas pela própria pessoa deficiente, família, movimentos sociais e comunitários, implantação de leis, decretos, resoluções, visando à sensibilização das pessoas com relação à inclusão.

Nos últimos anos, as políticas inclusivas vêm defendendo não só o ingresso e permanência, mas, sobretudo, um ensino de qualidade. As IES públicas e particulares, por conta da legislação, têm implantado núcleos de apoios e acompanhamento, para dar atendimento a estudantes e suporte aos professores. Com relação à acessibilidade, percebe-se que, desde 2005, vem ocorrendo um avanço significativo em termo de acessibilidade, mas é preciso investigar se a aprendizagem tem sido satisfatória, para que esses sujeitos possam sair das IES com ferramentas, essenciais para a inclusão social e no mundo do trabalho.

Embora, todos os esforços, políticas em favor da inclusão da pessoa com deficiência na Educação Superior, não significa que não encontraremos mazelas, dificuldades e atitudes preconceituosas. Estas são barreiras que precisam ser superadas, ao longo do processo de inclusão.

Os professores não se acham preparados para atender estudantes com deficiência. Os cursos universitários não estão atentos a isso, e a maioria das matrizes curriculares não oferta disciplinas ligadas à educação especial.

A formação de docente para atuar na educação básica far-se-a em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro

primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (LDBEN 9394/96, Art. 62).

Para que seja garantida a igualdade, na diferença, têm que considerarmos os segmentos da população que, historicamente, estão à margem da sociedade e que sofrem preconceitos. Em meio a essas, encontra-se as pessoas com deficiência. Portanto, as políticas públicas e sociais têm sido apresentadas como possíveis caminhos para diminuir as desigualdades e, ao mesmo tempo, aumentar os espaços de participação social, com o objetivo de que as pessoas com deficiência exerçam o direito à cidadania.

Portanto, o interesse por este assunto visa desvendar alguns aspectos em relação a esta temática. O nosso objetivo com esta pesquisa é compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na Educação Superior, considerando questões relativas ao acesso, permanência e aprendizagem, por meio de entrevistas, análise documental-reflexiva e pesquisa de campo. Pretendemos desenvolver um estudo que ajude a entender o universo destas pessoas na Educação Superior e se os mesmos estão conseguindo apropriar-se dos conhecimentos científicos. Nos últimos anos, há um aumento de estudantes especiais procurando a Educação Superior? Os que chegam à Educação Superior estão permanecendo? E os que permaneceram, estão obtendo níveis satisfatórios de aprendizagem? Há uma resistência por parte das instituições e professores em aceitar este estudante?

Para atingir os objetivos, pretende-se recorrer às experiências e a um referencial teórico que dê subsídios para compreensão do processo do desenvolvimento humano e que possa auxiliar as investigações a que se propõe. Uma vez que nas últimas décadas, é possível observarmos que algumas determinações legais foram instituídas para a Educação Superior visando à inclusão da pessoa com deficiência. Dentre elas, se destaca a Portaria do MEC nº 3.284, de 2003. Esta dispõe sobre requisitos da acessibilidade das pessoas com deficiência, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições.

Para dar início aos trabalhos, foram realizados levantamentos das matrículas dos estudantes com deficiência na Educação Superior, tomando como universo as instituições UEM, UNIESP e ALFA, do município de Umuarama, fazendo um recorte das matrículas

efetivadas nos respectivos anos de 2008 a 2013. Para análise, foram levantados números de estudantes concluintes e matriculados.

As informações colhidas foram de professores, pessoas do setor administrativo das instituições. Alguns fatores nos chamaram a atenção durante a pesquisa, às pessoas no momento da matrícula não se autodeclaram como deficientes, algumas Instituição de Educação Superior não tem registros das matrículas das pessoas com deficiência e outras não permite a realização da pesquisa. Os dados nos mostram que os números de matrículas de estudantes com deficiência são insatisfatórios considerando a demanda de estudantes ditos “normais”.

Sendo assim a pesquisa busca-se apontar, de forma qualitativa, as condições de acesso e permanência, possibilitando meios para o mapeamento da realidade dessas Instituições nos anos em questão, para investigar se realmente está havendo participação e a aprendizagem, portanto uma inclusão educacional.

Objetivo geral

Compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na Educação Superior, considerando questões relativas ao acesso, permanência e aprendizagem, na Região Noroeste do Paraná.

Específico:

Conhecer as condições do acesso, permanência e aprendizagem do estudante matriculado na Educação Superior do município de Umuarama, nas seguintes dimensões:

- Fazer um levantamento do processo histórico e das políticas de Inclusão no Brasil e no Estado do Paraná;
- Investigar o processo de acesso dos estudantes com deficiência na Educação Superior da Região Noroeste do Paraná;
- Verificar as condições de permanência dos estudantes na graduação em processo de inclusão;
- Conhecer os aspectos do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência e;

- Conhecer as condições institucionais a partir da percepção dos gestores.

Revisão de literatura

A educação especial, ao longo da história, vem sendo identificada como uma modalidade de ensino responsável pelo atendimento aos estudantes com deficiência. A história da educação especial no Brasil nos mostra que as primeiras iniciativas, com relação à organização de serviços de atendimentos, deram-se durante o século XIX, tomando como base a Europa e os Estados Unidos, embora não encontrando muitas informações nas sociedades ocidentais que demonstram como era o tratamento dado as pessoas com deficiência na antiguidade. No Brasil temos como destaque os trabalhos de Amaral (1997 e 1995), que aborda o percurso histórico sobre as representações da deficiência e o trabalho de Mazzota (1996 e 1993), que trata de forma resumida comportamentos sociais no tratamento dado às pessoas com deficiência.

Nos estudos de Mazzota, ele aponta para três atitudes sociais que marcaram a história da educação especial no tratamento dado às pessoas com deficiência: “marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação” (Mazzota, 1993, p.14). As iniciativas de atendimento, nesse período, assumiram caráter clínico, pois se entendia que as pessoas necessitavam mais de terapêutica do que educação. Os profissionais se preocupavam com o diagnóstico da deficiência, utilizando testes padronizados, que servia de base mais para ação terapêutica do que educacional. Os testes padronizados por muitos anos foram usados como o único instrumento de caráter quantitativo para diagnósticos de deficiência. Nas pesquisas de ROSSETTO (2009, p. 43, 44),

ressalta que, Vigotsky preocupava-se também em discutir os métodos utilizados para avaliar a criança com deficiência [...], o autor criticava o uso de testes para medir a inteligência da criança, alegando que se baseiam em uma avaliação puramente quantitativa do desenvolvimento, [...]. Vigotsky ressaltava a importância da avaliação da criança fundamentada nos aspectos qualitativos, considerando o contexto social e suas inter-relações. Dizia que o mais importante na avaliação é a clareza do lugar que a deficiência ocupa na vida dessa criança.

Aqui podemos observar como este autor está preocupado em questões relativas à pessoa com deficiência. Há que se considerar que no início da educação especial a teoria

de Vigotsky não foi explorada, como suporte. Até porque ela chegou ao Brasil por volta dos anos 80. Mas essa teoria é de grande relevância para as pesquisas no campo da educação como um todo.

Portanto, percebe-se que existia um grande silêncio com relação à história, quando se trata de abordar aspectos históricos de sujeitos excluídos da vida política, econômica e social, como acontecia com as pessoas com deficiência. Conforme, Neves e Mendes (2001, p. 35), “O silêncio histórico acobertou, por muito tempo, atitudes de discriminação e segregação, incompatíveis com a idéia de cidadania e direitos humanos plenos”.

Nos estudos de Moreira (2004, p.36), a autora afirma que, “até 1990, as políticas referentes à educação especial estiveram voltadas para a garantia de atendimento, não necessariamente educacional, com tendência ao assistencialismo e à perspectiva terapêutica”. A partir de 1990, com a Declaração de Jontien na Tailândia, começaram os avanços na busca de uma educação para todos, direcionando para o paradigma da inclusão. Este documento discute a erradicação do analfabetismo e o combate todas as formas de discriminação com relação à diversidade. Em 1994, temos um grande envolvimento de vários países na elaboração da Declaração de Salamanca, cujo um dos objetos de estudos foi à inclusão das pessoas com deficiência em todas as modalidades de ensino e a garantia de um ensino de qualidade para todos.

A Declaração preconiza que todas as crianças e adolescentes devem aprender juntas. Neste sentido, Vigotsky, (1983, p. 118), defende a ideia de que, “as crianças com deficiência devem ser educadas de forma mais semelhante possível às crianças em geral, inclusive educar conjuntamente”. Ele acredita, nas interações sociais para o desenvolvimento da criança, e defende a mediação como aspecto fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Portanto, educar a pessoa com deficiência de forma segregada, priva-a dos diversos contatos culturais e sociais e, conseqüentemente, pode causar-lhe prejuízos no desenvolvimento.

O momento histórico da educação especial está caracterizado pelo encontro com a educação comum, desenvolvendo um novo movimento que é a educação inclusiva. Este

movimento não nasceu por acaso, mas fruto das transformações ocorridas nas atitudes sociais que foram consolidando-se ao longo da história, em relação aos tratamentos que eram dispensados às pessoas com deficiência.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, o processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola, (BRASIL, 2008).

Sendo assim, fica evidente, que esta política vem alertar para o fato, somente a oferta do acesso não basta para que a inclusão de efetiva, é preciso que as instituições tenham clareza de que a inclusão requer o acesso, permanência, participação e o sucesso do aluno com deficiência. As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos, CARVALHO, 2004, P.26.

Nas últimas décadas, é possível observar que algumas determinações legais foram instituídas para a educação superior visando à inclusão da pessoa com deficiência. Dentre elas, se destaca a Portaria do MEC nº 3.284, de 2003. Esta dispõe sobre requisitos da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. Foi também instituída outra determinação legal que é a medida provisória nº 213, de 2004, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI). No entanto, as pesquisas apontam que há exclusão de uma significativa parcela da população à educação superior. Isso nos constata que a educação superior no Brasil continua excludente e inacessível.

Como afirma Moreira (2005), nos anos de 1990, a LDB 9394/96 apresentou-se como uma reordenação do sistema educacional, com um conjunto de propostas de mudanças que tinha, entre outras, a função de colaborar com a reforma do ensino superior. Sem dúvida, a educação inclusiva pressupõe que todos de uma determinada comunidade devam aprender juntos, independentemente de suas condições pessoais, sociais, culturais ou habilidades e potenciais diferenciados, abrangendo aquela com algum tipo de deficiência. Segundo Rossetto (2009, p. 53), relata que, “Vigotsky parte do

ponto de vista de que a criança com deficiência na sala comum, inserida em ambiente integrador, terá mais condições de superar suas limitações em parceria com os demais colegas”.

Este autor defende que o desenvolvimento do ser humano depende essencialmente das interações com o meio. Portanto, em se tratando de inclusão, implica-se na identificação e minimização de barreiras à aprendizagem e participação, e na maximização dos recursos que apóiam este processo. Destaca Baptista (2005, p. 91): a inclusão escolar tem exigido que a discussão teórica em pedagogia ultrapasse os muros disciplinares específicos, ampliando o diálogo entre conhecimento produzido no âmbito da antropologia, da medicina, da psicologia etc.

Apesar da busca contínua de uma educação de qualidade e igualdade para todos, ainda persiste a desigualdade de oportunidades educacionais. Nos sistemas de ensino, esses avanços não se fizeram acompanhar de respostas eficientes às diferenças sociais, econômicas, geográficas, linguísticas, culturais e individuais.

Abordagem metodológica

Para esta pesquisa, se utiliza dos pressupostos da pesquisa qualitativa analítica na modalidade de ESTUDO DE CASO, por considerarmos ser adequada na compreensão da vida dos participantes em seu cotidiano, buscando-se levantar, através da realização e análise das entrevistas abertas e semi-estruturadas, os eixos norteadores deste estudo. Chizzotti, (2013, p.135), conceitua o estudo de caso como um evento que envolve a coleta sistemática de informações sobre [...] “um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real” no caso, as condições de acesso e permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. Portanto, consideramos ser adequado a essa modalidade de pesquisa para permitir a compreensão do nosso objeto de estudo. Os dados obtidos nas entrevistas são analisados a partir do paradigma das técnicas de análise de conteúdo fundamentados por Bardin, (2011).

Este estudo envolve estudantes que estão na graduação, estudantes que já concluíram. Para coleta desses dados, estão sendo realizados além dos levantamentos,

análises dos resultados de aproveitamento dos estudantes tais como históricos escolares, relatórios, entrevistas com gestores e estudantes para compreender como está o processo de acesso, permanência bem como a participação deles em atividades curriculares e extracurriculares, nos diversos cursos nos quais estão ou estiveram inseridos.

É importante chamar a atenção para o fato das Instituições de Educação Superior reconhecerem o direito à igualdade de oportunidades pode implicar também no cenário de diferença de tratamento. Entendemos que as IES para assegurarem o direito à educação e à igualdade de oportunidades terão que refletir sobre as condições de acesso e de sucesso aos estudantes com deficiência. Neste aspecto, Baptista, (2009, p.25 - apud ROSSETTO, 2009. p.220), diz que,

nesse sentido, penso ser necessário um olhar atento aquilo que cada experiência nos oferece, as configurações de uma rede de sustentação de novas proposições, ao valor político de escolhas que podem reduzir as desigualdades (BAPTISTA, 2009, p.25)

Levando em consideração o princípio constitucional de que a educação é um direito de todos e, a relação do estudante deficiente com as IES é, pois, um processo interativo em que se devem considerar conjuntamente as suas características, e as solicitações, de recursos e possibilidades das referidas Instituições. Esta relação encontra-se, no entanto, condicionada pelo reconhecimento de direitos da pessoa com deficiência, que devemos considerar três direitos educacionais relevantes, como: a) o direito à educação – b) o direito à igualdade de oportunidades – e c) o direito à participação social – nesse sentido evidencia-se o direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade.

Ninguém é aceito só pelas suas capacidades individuais nem contra as suas capacidades individuais, só pelas características do meio nem contra as características dos meios. O processo de Integração/Inclusão é, pois um processo interativo e dinâmico resultante da influência mútua de múltiplos factores, (RODRIGUES, 1986),

Compreendemos que não se trata somente de mudanças de leis vigentes. A inclusão é mais que leis, é mais que decretos, é mais que resoluções e políticas. É preciso haver um olhar para esses sujeitos, além de uma mudança significativa na mentalidade coletiva, em relação à diversidade humana e aos direitos humanos. Tudo isso é possível alcançarmos por meio do conhecimento das demandas decorrentes do público alvo, bem como das políticas já existentes, relativas à área. Diante disso foi realizado um levantamento prévio do número de pessoas com deficiência que estão ou estiveram matriculadas nos anos de 2008 à 2013 como mostram as tabelas abaixo.

Dados/informações parciais da pesquisa

Levantamento de nº de estudantes matriculados na FGU/ UNIESP- Município de Umuarama

Matrículas	Nº de Alunos-Def. Física	Nº de Alunos-Def. Auditiva	Nº de Alunos-Def. Visual	Nº de Alunos-Def. Intelectual	Total de alunos com deficiência
2008	00	00	00	00	00
2009	00	00	00	00	00
2010	00	00	00	00	00
2011	00	01	00	01(hidrocefalia)	02
2012	00	02	00	01(hidrocefalia)	03
2013	01	02	00	00	03
Total	01	05	00	02	08

Levantamento de nº de estudantes matriculados na Faculdade ALFA - Município de Umuarama.

Matrículas	Nº de Alunos-Def. Física	Nº de Alunos-Def. Auditiva	Nº de Alunos-Def. Visual	Nº de Alunos-Def. Intelectual	Total de alunos com deficiência
2008	00	00	00	00	00
2009	00	00	00	00	00
2010	00	00	00	00	00
2011	01	00	00	00	01

2012	02	00	00	00	02
2013	03	00	00	00	03
Total	06	00	00	00	06

Levantamento de nº de estudantes matriculados na UEM – Campus Umuarama.

Matrículas	Nº de Alunos-Def. Física	Nº de Alunos-Def. Auditiva	Nº de Alunos-Def. Visual	Nº de Alunos-Def. Intelectual	Total de alunos com deficiência
2008	00	01	11	01	12
2009	01	01	11	01	14
2010	01	00	06	00	07
2011	00	00	04	00	04
2012	00	02	10	00	12
2013	01	00	04	00	05
Total	03	04	46	02	54

Fonte: autora da pesquisa - Professora Hernestina da Silva Fiaux Mendes

Considerações finais

Os relatos históricos nos mostram que as pessoas com deficiência, ao longo dos anos, vêm causando inquietações à sociedade, que, há tempos, tratou-as de maneira diferente, deixando-as à margem dos contextos educacionais e sociais. Atualmente, muito se tem discutido sobre a inclusão da pessoa com deficiência à educação, ao trabalho e ao lazer. Apesar desse avanço, precisamos pensar se tais acessos realmente atendem às suas necessidades. Porque a verdadeira inclusão não se resume apenas à matrícula da pessoa com deficiência, deve também considerar sua permanência, sua participação. Ou melhor, não basta incluir, é fundamental dar condições para que esse sujeito se aproprie do que os diversos contextos da sociedade oferecem. No que se refere ao âmbito escolar, é preciso pensar em um ensino de qualidade e não somente em ampliação de vagas ou ações paliativas.

É igualmente necessário viabilizar ações revolucionárias, centradas na valorização de uma proposta pedagógica que dê condições de acesso aos conteúdos científicos, abrindo espaço para as camadas populares, instrumentalizando-as para o processo de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Não bastam todos os investimentos em leis, decretos, resoluções e recursos para a Educação Especial sem dar à devida atenção à formação dos professores, de maneira a oferecer-lhes condições e formações adequadas para atuarem nessa área. Acreditamos que esta pesquisa seja de fundamental importância para todos os que desejam ter uma visão ampla da realidade com a qual se depararam os estudantes com deficiência ao engessarem na Educação Superior.

Os resultados finais deste trabalho poderão contribuir para que as políticas de inclusão sejam repensadas a nível de sua implementação para contribuições nas áreas social, política, econômica e educacional, pois serão levantados dados referentes aos resultados da inclusão pensados nos documentos norteadores e dados relatados pelas pessoas com deficiência que vivem a verdadeira prática no contexto educacional.

A pesquisa tem possibilitado momentos de muitas reflexões, instiga-nos à novas descobertas, a sistematização das leituras realizadas, o que não é um processo fácil que nos leva muitas vezes a angústia do não saber.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. *Histórias da Exclusão: e de Inclusão?* – na escola pública. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo/Conselho Regional de Psicologia, 1997, p.23-34.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAPTISTA, Claudio R. *Políticas de Inclusão escolar: análise de um campo temático e perspectivas de investigação*. In: MEYELLES, Denise de Jesus; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes (Orgs.). *Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções*. Vitória: EDUFES, p. 87-103, 2005.

BAPTISTA, Claudio R. e JESUS, Denise (orgs) *Conhecimento e margens: ação pedagógica e pesquisa em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP. 2008.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2013.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de Instituições. Brasília, 2003.

CARVALHO, R. E. *A educação inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: mediação, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 135, 2013. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*.

RODRIGUES, D. “*A inclusão na Universidade: limites e possibilidades construção de uma Universidade Inclusiva*”. Cadernos: edição 2004- Nº23. Centro de Educação.

_____, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus. Editorial, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial*. São Paulo: EPU, 1993.

MOREIRA, L. C. In (ex) clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação especial, Santa Maria*, n.25, p. 37-48, 2005.

_____, L. C. *Universidade e estudantes com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas*. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Marilu Mourão. *Inclusão e universidade: análise de trajetórias acadêmicas na universidade estadual do rio grande do Sul, Porto Alegre - RS*. UFRGS, 2007. Tese de (Mestrado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ROSSETTO, Elisabeth. *Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). *Declaração de Salamanca: princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.

_____. *Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Tailândia, 1990.

VIGOTSKI, L. S. *Obras completas. Tomo cinco. Fundamentos de defectología*. Cuba: Editorial Pueblo Educación, 1983.